

A PORTA ESTREITA *

António Quadros

(IADE – Lisboa)

Dedicada aos **Professores e Assistentes** dos Cursos de **Design** e de **Publicidade** do IADE, devido ao interesse que o tema poderá ter para eles e em sinal de apreço e de reconhecimento pelo seu trabalho no nosso Instituto.

I

Seja-me permitido, ao abordar brevemente o tema sempre actual da promoção dos valores da Justiça e da Paz, conotá-los de imediato, senão vinculá-los aos valores, que ao meu ver os iluminam, do Amor e da Verdade. Valores estes que, no plano cultural e cultural, se exprimem essencialmente pela religião e pela filosofia.

Que o mundo moderno, que o Portugal moderno encontrem os meios de passar a **porta estreita**, segundo a tradicional alegoria, que da sombra ou da treva nos permitirá o trânsito difícil, problemático ou arriscado para a luz, eis no fundo, segundo creio, aspiração implícita deste colóquio, o sonho de todos nós, colóquio que é pois muito menos um simpósio científico, com todo o positivismo à expressão ligado, do que um diálogo axiológico.

Já tenho dito que uma sociedade saudável, uma comunidade humana capaz de superar e caminhar em frente e para o alto, deverá basear-se numa **paideia** em que o tecido cultural, mental, educativo, político e religioso num largo sentido da palavra, possa ser animado pelo justo equilíbrio entre, digamos, a **tradição**, isto é, o que do passado é **trazido** até ao presente, menos como **conservação** do que como **fidelidade** a um núcleo essencial de idéias e valores; e por outro lado aquilo a que poderei chamar a exigência **teleonómica**.

É aliás, ampliado ao social, a dupla característica do código genético tal como o observam os biólogos e geneticistas: factores de

(*) Comunicação apresentada no Colóquio **Os Meios de Comunicação Social e a Promoção da Justiça e da Paz**, Universidade Católica de Lisboa, Maio de 1987.

invariância e de **teleonomia**, que permitem ao género, humano ou outro, permanecer idêntico a si próprio sem acentuadas fugas aberrantes, ao mesmo tempo que possibilitam a **individuação**, a diferença, o novo.

Eu nasço homem, em mim se exprime o **anthropos**, em mim se concentra o processo de hominização de que falava Teilhard, mas **eu** nasço homem **outro**, homem singular, exemplar, único, soma do trazido de pais e avós, mas também misteriosa multiplicação inovadora. Sou o mesmo e sou outro, precisamente porque sou também o produto simultâneo de uma divina alquimia onde se complementam a invariância ou a tradição, e a teleonomia ou o movimento próprio para um fim, agora ao nível já não genético ou mesmo histórico-cultural, mas verdadeiramente **espiritual**.

A primeira ruptura ou rasgão no tecido de uma **paideia** dá-se quando os valores, talvez nunca unos mas pelo menos unívocos, se cindem entre si. A partir daí surge a possibilidade de uma degenerescência, mais lenta ou mais rápida. Todos sabemos por exemplo como na **paideia** grega o voluntarismo exacerbado das classes políticas, das cidades, dos dirigentes — arcontes, senadores, reis, imperadores — conduziu à destruição, no caso rapidíssima, mas não total, dos seus valores tradicionais, O Bem, a Beleza e a Verdade tal como os teorizaram com génio Platão ou Aristóteles.

Ao conceder-se ali e então crescente predominância à oratória política, à sofística, à demagogia e à tirania sobre a pureza da religião e dos seus mitos fundadores, sobre a grandeza de uma filosofia ímpar no mundo antigo, sobre os ideais da **tisis** ou respeito pelo divino, da **sofrosyna** ou sageza, da **areté** ou honra do cidadão, da **catarsis** ou purificação através do espectáculo trágico —,o mundo helénico tornou-se vulnerável. Não foi conquistado pelos romanos: tornou-se permissivo ao domínio estrangeiro, tal como Portugal não foi **dominado** pelos Filipes de Espanha ou pelos franceses de Napoleão, foi em ambos os casos (e outros mais recentes poderiam citar-se), apanhado nos dois momentos particularmente frágeis que foram, já o malogro da reacção sebastianista à **apagada e vil tristeza** do reinado de D. João III, já mais tarde as sequelas de um iluminismo afrancesado que minou por dentro, em sentido dialéctico inverso do anteriormente citado, o que da áurea **paideia** lusófada restava ainda.

Encontramo-nos hoje perante uma situação muito semelhante, não só porque a Europa das pátrias ou a Ecúmena das nações ou dos grandes blocos de potências se assemelham fortemente à Grécia das Cidades-Estado, das alianças inimigas e da ambição macedónica de um Império de conquista e de domínio, mas sobretudo porque, praticamente sob os nossos olhos, se tem desdobrado ao longo do século XX o diaporama alucinante de uma **paideia**, o que foi a **paideia** cristã-ecuménica, cristã-europeia e no que mais directamente nos toca, cristã-portuguesa, pouco a pouco feita em farrapos, mas ansiando mais e mais por uma

recomposição do seu tecido, por uma renovação, sim, mas uma renovação onde o que é essencial se reafirma, nos planos do existencial ou do social, como o **mesmo e contudo o outro** ou o **outro sem deixar de ser o mesmo** que é o **homem essencial**, à altura do projecto divino que consigo traz.

Não bastará talvez dizer que não há defesa viável dos valores essenciais sem uma teleonomia baseada em conceitos morais ou em princípios cristãos ou em adaptações progressistas, porque antes de tudo está o próprio pensamento sobre os valores, a axiologia, a ética.

Por outras palavras: se realmente desejamos passar a porta estreita, teremos de saber ser uma sociedade mundial e no caso que nos interessa mais de perto, uma sociedade portuguesa, por uma parte sintética do tradicional e do teleonómico, mas por outra parte **axionómica**, quero dizer empenha no primado de uma filosofia movente e nunca estática dos valores. **Axios** em movimento, pois, **axios** em permanente criacionismo. Valores gregos ontem e ainda hoje; valores greco-judeo-romano-cristãos hoje, pois esta quadrupla herança compõe no plano do espírito a nossa mais exigente axiologia, se é que, no caso português não deveríamos acrescentar-lhes: quer a difusa e imponderável herança céltico-bretã-lusitana, presente no nosso inconsciente colectivo e emergente nos mitos das **Ilhas Afortunadas**, da **Navegação de S. Brandão**, do **Rei Encoberto** que há de voltar da ilha envolta em nevoeiro, mito sebastianista este, que recebe também os contributos judeo-messiânico e cristão, tal como outro nosso mito, o do **Quinto Império**, se conota não só com a profecia bíblica de Daniel a Nabucodonozor, mas ainda com o telos da Terra Prometida e com o **eschaton** espiritual de um ou de outro modo expresso nos sonhos proféticos da Jerusalém Celeste, do Império do Espírito Santo ou do Regresso ao Paraíso.

Oh! quem tivera poder/ Para dizer,/ Os sonhos que o homem sonha!, exclamou um dia um pobre sapateiro de Trancoso, a quem chamavam a Bandarra... Quer ainda, continuando, a mal conhecida herança islâmica, mocárabe, porventura de todas a mais subterrânea, mas que será necessário estudar um dia a sério para compreendermos melhor o nosso sul, com as suas alternativas de activismo e de passivismo, de criacionismo e de invenção por um lado (o que nós principalmente descobrimos, dizia Fernando Pessoa, foi a própria **ideia da descoberta**) mas também por outro de fatalismo, de um tradicionalismo por vezes de inércia, de uma **coisificação** das ideias e dos valores feitos, para lembrar aqui a tese famosa de Leonardo Coimbra ou de unitarismo obstinadamente monocromático contra o qual veio a erguer-se, nem sempre com êxito, a afirmação cristã do dogma da Santíssima Trindade.

O mesmo é dizer, e peço desculpa desta digressão por caminhos só aparentemente desviados do tema, o mesmo é dizer que só passarão a porta estreita ou o buraco da agulha aquela sociedade, aquela

pátria, aquela comunidade, que se organizar como uma **paideia** não só fiel ao que a identifica, fiel ao seu espírito próprio, fiel à sua herança, à sua cultura, à sua língua, à sua originalidade psicológica e sociológica, mas, daí partindo como de um porto seguro, fiel também à assunção individual e colectiva de fins e de valores transcendentos aos interesses materiais e imediatos, fins e valores que se herdaram mas que é preciso criar e recriar constantemente, porque o mundo não é outra coisa de que acção e movimento em direcção à pátria prometida, à terra da promessa, à Jerusalém da paz e da justiça, do amor e da verdade.

Falo de uma sociedade, de uma pátria, de uma comunidade de nações se quiserem, convergentemente **teleonómicas** e **axionómicas em sua paideia** ou em sua educação e cultura. Falo de um projecto que, segundo os conceitos expressos em 1982 na minha **Introdução à Filosofia da História**, implica uma teoria do devir histórico a meu ver impensável sem o horizonte escatológico de uma filosofia do Espírito, direi mais, para não estabelecer confusão com o justamente célebre livro de Hegel, uma filosofia trinitarista do Espírito, no mistério de um Deus Uno e Trino, no enigma de uma Providência que sempre escolheu povos ou pátrias de missão, de glória e de sacrifício, talvez mais no caso português, de sacrifício glorioso, como o da semente que parece à beira de morrer, quando pelo contrário está já a germinar e a criar o futuro: talvez o futuro de todas aquelas nações de expressão portuguesa espalhadas pelo mundo, trabalhadas pelo verbo que lhes transmitimos e pelos valores que lhes legámos, mesmo se por vezes fomos infiéis, e não só os Brasis e as Angolas de amanhã, também o Portugal europeu que temos de reconstruir no reencontro do seu verbo ou do seu projecto essencial, do seu **telos** e do seu **axios**, embora com aquele **criacionismo** permanente, incansável, aberto, dialogante mas original ou vivaz na sua relação com as origens do nosso ser profundo —, sem o qual se acentuaria dramaticamente, como tem vindo a suceder há muitos anos, a descida para a insignificância, isto é, para a ausência de significado da nossa existência histórica como pátria independente. Parafrazeando por minha conta e risco a asserção célebre do filósofo do criacionismo, do mestre do pensamento português no século XX, Leonardo Coimbra, já citado, **o Português não é uma inutilidade num mundo feito, mas o obreiro de um mundo a fazer.**

II

Ora como se comportam **os meios de comunicação social**, para nos centrarmos no tema preciso deste Colóquio, em relação aos valores de justiça e de paz, e também de amor e de verdade, deles como já disse indissociáveis?

A este respeito, infundável seria o discurso, se houvesse de o desenvolver até às últimas conseqüências. Direi no entanto que ao falarmos de **comunicação** e ainda por cima **social**, entramos no terreno mais inseguro e problemático que imaginar se possa.

Em primeiro lugar porque **comunicação** é um substantivo feminino de tal modo neutro, na forma a que foi conduzido, nas suas mais recentes evoluções semânticas, que por ele e através dele se vai veiculando o tudo e o nada, o oculto e o manifesto, o verdadeiro e o erróneo, sobretudo o erróneo, por vezes algo que importa, quase sempre o que é superficial, vão, vazio de justificação nas referidas dimensões de **fim** e de **valor**, ou, pior do que isso, deliberadamente enganador, na prática mais e mais preocupante de enganar, ludibriar e enfim cegar o destinatário do escrito, do falado, do comunicado, para facilmente o conduzir em direcção a este rebanho, àquela manada, a uma desejada uniformidade ideológica, a uma almejada destruição do nosso tecido ético-cristão, a uma supra ou pelo contrário a uma infra-valorização de ideias, projectos, homens, não segundo valores que como tal possam ser considerados, mas segundo esteréotipos que facilitam a hipnose das consciências, com intuitos os mais variados, mas em geral degradantes, desde a política ideológica meramente imitativa, operativa, manipuladora do futuro eleitor, até ao **marketing** editorial, jornalístico, **mass media**, **media** para a **mass** e **mass** para o **media**, onde a regra é a do **vale tudo**, desde que **venda** o jornal, o programa, a campanha, o projecto e o dejecto.

Quer isto dizer então que os **media** deveriam ser controlados, **orientados**, no sentido da moral mais alta ou, como se dizia, da **política** **sã**? Longe de tal o meu pensamento, como o sabem os alunos, já formados, da disciplina de Deontologia que dei nesta mesma Universidade, no Curso de **Ciências de Informação**, e a quem procurei muito ao contrário transmitir uma filosofia da liberdade.

Pelo menos metade ou mais de metade do programa dado, há uns dois anos, na primeira experiência aqui realizada de tal Curso, utilizei-o, quero esperar que não de todo em vão, a falar-lhes de ética, de filosofia dos valores. E uma distinção procurei estabelecer, que parece difícil de fazer chegar aos ouvidos dos nossos contemporâneos, entre liberdade de **comunicação**, liberdade de **expressão** e liberdade de **pensamento**, cujos conceitos parecem confundir-se na ligeireza ou na desenvoltura de muitos, mas que na realidade bem diferentes são.

Quanto à **liberdade de comunicação**, em princípio assegurada pela Constituição portuguesa, ela só é no entanto parcial e não é decerto e no geral harmonizável com as exigências teleológicas e axiológicas atrás apontadas.

E isto por diversas razões. Note-se antes de mais que grande parte da chamada **comunicação** está entre nós dominada pelo Estado, o

mesmo é dizer pelos sucessivos Governos, Ministros, Directores-Gerais, Estados-Maiores partidários, etc., que não só nomeiam os seus acólitos para os lugares de chefia, como a procuram **orientar**, na **orientação** se perdendo em boa parte a liberdade; quanto à comunicação na posse das empresas privadas, temos então outras **orientações**, ou de grupos formados com motivações unicamente comerciais, ou a dos grupos político-partidários.

Em qualquer dos casos, há restrição à liberdade, e isto talvez queira dizer que a **liberdade de comunicação pura e simplesmente não existe**, aqui ou alhures, senão como uma aspiração idealista de alguns e o proveito interesseiro de outros. É que **comunicar** é constantemente dizer o que interessa a estes ou àqueles, deturpar segundo o interesse destes ou daqueles, silenciar o que não lhes interessa seja dito, portanto **interditar** logo à partida o inconveniente para uns e para outros.

Informação objectiva, como se sabe, é raridade zoológica que eu, pessoalmente, raro encontrei na minha frente. Porque na **orientação** de cada director de **mass media** ou mesmo no espírito de cada jornalista, o que se impõe é acima de tudo aproveitar subtilmente a notícia, no sentido **conveniente**, quando não, e aqui admito que haja inocência, é a **subjectividade** inescapável da natureza humana, que faz da realidade a sua própria leitura, tomando pois o **opinioso** pelo **real**.

Comunicar, em suma, seria idealmente **comungar**, criar **comunidade** na total entrega do mais autêntico do Si, ao outro, ao destinatário, leitor e auditor, **respeitado** como se respeita no amor. Entraríamos aqui num nível para o qual, julgo, não estão preparados 99 por cento dos comunicadores portugueses, e acho que estou a ser optimista.

A **liberdade de expressão** encontra-se num campo já diferente, porque ex-primir, ex-pressar, é projectar para o dito, para o escrito, para o transmitido, o nosso pensamento, os nossos valores, ou, bem assim, o pensamento e os valores que são **ordenados** ao comunicador, comandados pela ideologia a que se vinculou nas formas actuais de sistema feudal ou de relação senhor-escravo que se tem vindo a estabelecer no século XX.

Exprimir implica um talento, uma capacidade, uma preparação que poucos têm. Não me refiro apenas a dons literários, oratórios, visuais; refiro-me a eles, sim, sempre raros, mas também à dificuldade de assegurar o acordo, quase poderíamos dizer que ôntico, ou antropológico, entre o que **somos**, entre o nosso **espírito** em sua verdade essencial, e o que dele passamos à forma comunicável.

Há 2 ou 3 anos em Madrid, a convite do filósofo Julian Marías, desenvolvi este tema no colóquio **Novas Metas para a Humanidade**: a massificação contemporânea esconde — de nós próprios; deixamos de saber quem somos, não só porque já não meditamos, já não temos tempo e

disponibilidade para fazer introspecção e autognose, mas porque somos de tal modo em nosso consciente e o que é pior em nosso inconsciente, invadidos pelos **media**, condicionados pelos factores atrás ao de leve apontados, que quase só o comunicador se limita a tudo fazer passar por uma grelha, como se diz agora, ou um código, ou uma linguagem quase inteiramente constituída por esteréotipos, por lugares comuns, por slogans, por directrizes partidárias condensadas em fórmulas eficazes. Onde, aqui, a **expressão** da pessoa que é o comunicador? Onde, aqui a **expressão** do espírito singular, irrepitível, único, que é afinal o seu? Alienou-se de si próprio, alheou-se do Si, estrangeirou-se da pátria da sua alma, eis a verdade.

Um parêntesis: cada vez mais em Portugal vão perdendo lugar as formas que poderiam **humanizar a comunicação e tornar mais autêntica a expressão**. Informação desinformativa, colunas políticas e económicas, onde se vincam sobretudo o voluntarismo e o ideologismo dos articulistas, crícticas meramente opiniosas, onde não há ciência, pensamento ou arte, para não falar nas chamadas páginas “sociais”, proliferantes e superficiais, nas reportagens de intenção manipuladora ou em todo o arsenal erótico-mundano que vende sempre bem, tiraram o lugar ao artigo de um escritor independente, à reflexão de um pensador, ao estilo de um cronista, aí onde havia realmente **expressão**, porque harmonia entre o dito, o dito com beleza, e o pensado, o pensado com autenticidade.

E daqui passemos com a presteza passível à terceira e essencial liberdade, a **liberdade de pensamento**, cujo conceito é bem diferente dos já enunciados, porque implica uma vida de espírito, uma vida interior, prévias à comunicação e à própria expressão.

Liberdade de pensamento, expresso ou inexpresso, comunicado ou incomunicado, é a capacidade que cada um pode ter para **por si próprio pensar**, pensar que não é repetir o já pensado, o aprendido em cartilhas de vária ordem, as fórmulas que de todos os lados pretendem enquadrar-nos e orientar-nos, os “slogans” generosamente distribuídos aos aprendizes de todos os ramos do saber e de todos os degraus do poder, porque é, só pode ser, um movimento mental interior, provindo da mesma raiz da nossa subjectividade, da mesma suma da nossa experiência vital, do mesmo princípio do nosso ser único, singular, original, da mesma fonte divina do nosso espírito. Tem liberdade de pensar aquele que, perante a invasão quotidiana do fora sobre o dentro, perante a agressão diária dos “media”, a mobilizar-nos para os dez mil exércitos de barbárie, é capaz de opor tranquilamente, não a sua **opinião**, porque a opinião é pouco ou nada, mas o seu pensar singular, como um saber, como uma aptidão para distinguir o branco do verde, a luz da sombra, o mentiroso do autêntico.

Assim a **comunicação** se encontra quase sempre hoje e particularmente entre nós em queda para a falsidade, a **expressão** em

descida para a inautenticidade e o **pensamento** em abaixamento para a alienação do outro por intermédio da alienação do nosso próprio **eu**, coberto pela máscara do mau actor, recitando sem graça e sem virtude os papéis que lhe são distribuídos pelos encenadores de um mundo onde os homens, cada vez menos individuados, cada vez mais animalizados, cada vez mais robotizados, cada vez mais esvaziados do que é essencial, acabam por perder, não só o sentido da sua singularidade, não apenas a sua capacidade de pensar e de agir por si mas sobretudo a possibilidade de criarem um mundo de grandeza e de harmonia, onde cada ente ou cada mónada fiel à sua teleonomia própria, se realize no que verdadeiramente é, do mesmo passo respondendo **sim** ao Espírito de Deus, que do espírito dos homens espera o esforço, o movimento, a levitação capazes de completar um dia a Sua sagrada Empresa.

III

Justiça e Paz serão essenciais valores da **Cidade de Deus**. Mas a Justiça, meus senhores, outra coisa não é do que o conceder o homem de Estado ao cidadão, ou o cidadão ao cidadão, ou o cidadão ao homem de Estado, o seu lugar exacto no xadrês da sociedade, o seu mérito e o seu demérito, o seu prémio e a sua pena, no respeito pelo que a cada um é devido, não como o mero objecto do Direito, o sujeito da "justiça" jurídica dos juizes, mas como o nosso irmão, porque filho do mesmo Deus.

Mandou o rei D. Dinis, quanto a mim o vero fundador da pátria portuguesa, notificar todos os seus Alcaides, Comendadores, Meirinhos, Alvazis e Juizes, que severamente os castigaria se não fizessem justiça, **de guisa**, são palavras suas, **que cada um aja aquello que deve aaver**. Alhures se diria que cada um **tenha o que deve ter**, mas, na subtil distinção lusa, entre **ter** e **haver**, inexistentes nas pesadas línguas a norte dos Pirinéus, o nosso rei-poeta e filósofo, o fundador do Estudo Geral ou da Universidade, o soberano que oficializou a língua portuguesa, o criador da Ordem de Cristo e o inventor, com a Rainha-Santa, da Festa profética da Coroação do Imperador do Espírito Santo, foi na verdade muito mais longe, porque o **haver** é mais do que o **ter**, é o salto de qualidade não só para a satisfação das necessidades e dos interesses quotidianos, o que se exprime pelo desejo de **ter**, mas principalmente para a resposta às aspirações totais da alma humana, bem para lá das posses materiais, porque o **cumprimento** do nosso **telos** neste mundo, porque a resposta à funda ansiedade perante a incomplitude do destino que é o nosso.

Que cada um haja aquilo que deve haver. Como é bela e profunda, a expressão deste nosso homem de Estado e de Justiça! Mas para

que cada um haja aquilo que deve haver não bastam os preceitos jurídicos de uma Constituição e de um Código, como muito menos bastam os ditames utópicos, ucrónicos, uniformizadores, reducionistas das ideologias políticas entre nós imperantes, clamando por uma **justiça social**, em que o homem, que é espírito e sujeito, é transformado em parcela-massa, despojado do seu espírito ou pensamento, já não sujeito mas objecto sujeitado a uma qualquer lei onde o amor está ausente.

Justiça sem amor, como é possível? Ou a justiça é fundamentalmente o amor, pelo qual cada um **haverá o que deve haver**, em vez de apenas **ter o que deve ter**, ou a justiça não será senão o pseudónimo do seu contrário, a injustiça.

Ousarei? Ousarei trazer aqui os pobres versos que há 21 anos escrevi e publiquei num livro a que chamei **Imitação do Homem**? Porque não, se estamos entre irmãos? Aqui vai o que ainda hoje penso e sinto, sem outra pretensão que não seja a de confirmar o que há muito penso sobre o tema.

ODE À JUSTIÇA

Amor,
 amor divino,
 amor humano,
 todo o amor clama por justiça
 e por isso não há justiça sem amor...

Ó justiça do transferido amor,
 transferido para a lei e para o sistema,
 ó justiça do recalcado amor,
 recalcado no juízo e na pena,
 ó justiça do partidário amor,
 partido na obsessão e na paixão,
 ó justiça do abstracto amor
 abstracto na vaga humanidade,
 ó justiça do cindido amor,
 cindido em castas ou em classes,
 ó justiça do reduzido amor,
 reduzido ao indivíduo ou à pessoa,
 ó justiça do materializado amor,
 materializado no corpo ou na economia,
 ó justiça decaída,
 degradada,
 entanto conservando um reflexo de amor,
 não percas esse ardor
 e exige mais de ti própria,

mais, mais, mais,
 dá a cada homem o que a sua alma pede...
 Não o que a sociedade, fria, cede,
 mas o pão para a fome singular
 de cada consciência particular,
 pão de trigo, de alma ou de razão,
 pão para a forma de cada coração.
 Amor supera o crime,
 com amor levedemos pão sacramentado
 para a fome total do homem compreendido,
 do homem até ao fundo iluminado,
 do homem só então salvo e transcendido.

 Justiça,
 justiça divina,
 justiça humana,
 toda a justiça clama por amor
 e por isso não há amor sem justiça...

1966

IV

A justiça é o fundamento da paz, decerto. Mas a justiça **com amor** e também a justiça **com verdade**. Porque é neste preciso ponto, neste ponto entre todos controverso, que deveremos centrar todo o problema.

Pois como haverá justiça de homens para homens, e paz na terra entre os homens de boa ou de má vontade, se não conhecermos o **outro** e não nos conhecermos a **nós próprios**, se não conhecermos a verdade do outro e a verdade que há em nós?

É porque cada um se sente ignorado em sua verdade íntima, esquecido pela lei ou pela sociedade na verdade singular de seu espírito, que, fazendo cada um exactamente o mesmo, ignorando por seu turno a verdade do outro, como verdade do seu espírito, se acentuam entre os homens a cisão, a divisão, a dissensão, quando não o ódio, que conduz à luta das nações entre si, à luta das classes, à luta dos sexos, em última análise à luta dos homens uns contra os outros, no campo de batalha, na bomba que explode pela calada da noite, na coisificação e na fanatização das ideias, tornadas ideologias, instrumentos mentais de guerra declarada ou silenciosa.

Já que atrás referi o filósofo Julian Marfas, impressionou-me num dos seus últimos livros, **España Inteligible**¹, publicado em 1985, o

que disse quanto à Guerra Civil que dilacerou a sua pátria, e que vale a pena aqui trazer: que a **guerra foi consequência de uma ingente frivolidade**, porque os políticos, os intelectuais, os empresários, os dirigentes sindicais, os militantes partidários ou os jornalistas espanhóis **dedicaram-se a jogar com as matérias mais graves sem o mínimo sentido de responsabilidade, sem imaginar as consequências do que faziam ou omitiam...** (pag. 368) Pode dizer-se, perguntava mais adiante, **que estes políticos, estes partidos, estes votantes queriam a guerra civil? Creio que não que quase nenhum espanhol a quis. Então, como foi possível? O grave é que muitos espanhóis quiseram o que resultou ser a guerra civil. Quiseram: a) Dividir o país em dois bandos; b) Identificar o "outro" com o mal; c) Não tê-lo em conta, nem sequer como perigo real, como adversário eficaz; d) eliminá-lo, tirá-lo da frente (politicamente, sim, mas também fisicamente se tal fosse necessário).** (pag. 369).

Cisão do corpo social, acrescentava Marfás, por **uma tracção exercida a partir dos seus dois extremos**, tracção antes de mais nada ideológico-verbal, consistindo na forma de sofisma que é **dar algo por pressuposto**.

E ainda: a **única defesa da sociedade ante este tipo de manipulações é responder com o velho princípio da lógica escolástica**: nego suppositum, **nego o suposto**, suposto, que em português de hoje melhor exprimírfamos como o que não atinge o conceito, isto é, o preconceito, o preconceito **contra**, o preconceito a **favor**, o preconceito que divide, maniqueista, que rasga o tecido de uma **paideia**, que destrói por dentro.

Não é preciso recordar a guerra civil de Espanha, agora, porque todos vemos em nossa volta a guerra civil das ideologias, a guerra civil dos preconceitos, a guerra civil das ideias-força que querem tomar conta de nós todos.

Então se a justiça só é realmente justiça quando o amor está presente, e o amor é a verdade activa de Deus em cada homem, o que só a religião entende; e então se a paz, no contrário de preconceito, que é precisamente o conceito, que apenas a filosofia cerca, aproxima e ilumina, o conceito (a concepção do ser do homem em sua realidade mais do que social ou existencial, essencial), só é realmente paz quando a verdade é colocada como valor decisivo ou trans-cisivo de nossas cisões, incompreensões e erros, então de novo se tornará unívoca, unívoca no **axios**, no **telos** e no **eschaton** que são os passos da nossa peregrinação para o alto, a nossa **paideia**, a paideia cristã-espiritual, a paideia portuguesa.

Ah sim, decerto, não posso deixar de ser crítico, muito crítico, em relação aos **media** em especial aos nossos **media**, que não se fundam quanto à origem e até à teoria da sua **praxis**, na liberdade do pensamento, sem a qual a liberdade de comunicação e de expressão pouco transcendem

antigas falácias ou sofismas, e por isso pouco ou nada contribuem para a paideia-cidade de Deus que queremos construir, se é que ao invés não agravam ou multiplicam os problemas e os obstáculos à libertação do asfiziado espírito do homem.

Sociedades fechadas e inertes, sociedades abertas e dinâmicas. A distinção é de Bergson, como é bem conhecido. Não é decerto para a paralisia social das sociedades inertes, repetitivas, fechadas, que aponto na crítica atrás expressa. Ao contrário, é para uma civilização aberta que se dirige todo o movimento deste texto que vos leio, mas para uma civilização aberta como aberta à expressão de todas as virtualidades do espírito do homem, que unicamente ascendem da potência ao acto na **justiça como amor** e na **paz como compreensão do outro**, na **verdade** e pois numa filosofia do Espírito que a procura sem limites.

De outra forma comunicação social mais não é do que comunicação sociocrática, o mesmo é dizer demagógica, ideológica, em última análise partidocrática, porque, entregue a si própria, a política, que deveria ser o **último degrau** de um trânsito da inocência infantil para a sabedoria adulta, pela mediação de uma paideia unívoca e de uma metanoia no cerne espiritual de cada um de nós, tudo invade, tudo quer substituir e por fim tudo degrada.

Deontologia do comunicador, sem dúvida. Deontologia de toda a comunicação, com certeza, desideratos que bem utópicos e utópicos nos parecem neste tempo que passa. Mas se uma deontologia da comunicação é condicionante indispensável para que os **media**, em vez de atrazar ou dilacerar, façam avançar e realizar no mundo de hoje os ideais de paz e de justiça que neste Colóquio todos queremos reafirmar ou assumir, também à deontologia, à ética profissional, que é um modo de paz e um modo de justiça, é exigível o pensamento que se pensa, o pensamento que cria e faz mover não pelo contingente, mas pelo necessário, o pensamento do homem sim, mas guiado e iluminado pelo Espírito da Verdade, que no mundo Cristo nos deixou, pelo Paráclito, o Consolador, que inspira e ilumina a nossa consciência ou o nosso saber dos "últimos fins do homem", para recordar aqui o belo título da obra do Pe. Manuel Bernardes.

V

Não há filosofia sem teologia, dizia o meu mestre de pensamento, Álvaro Ribeiro. E que fundamentação deu afinal o nosso rei D. Dinis, já citado, o criador das Festas da Coroação do Império do Espírito Santo, um pobre ou um menino, realizadas ainda hoje em

Portugal-continente, em Portugal-Açores ou no Brasil, festas proféticas do futuro Império do Espírito na fraternidade, na justiça e na paz, para explicar aos seus **Prelados e nobres em conselho**, a razão de ser da Universidade portuguesa, que fundou, o **Estudo Geral** famoso?

A de que não é possível a **virtude da justiça**, não é viável a **pacífica vida**, sem que **bem ensinadas** sejam as **ciências divinas e humanas**.

Vale a pena ler, em transcrição que aliás modernizei, o passo respectivo da **Crónica de D. Dinis**, de Ruy de Pina:

Ao bom Príncipe, que da mão de Deus há-de reger muitos, lhe convem sobretudo que trabalhe; e cumpre que ele, e os seus súbditos, sobre todas as virtudes abracem a virtude da justiça, e amem, e sigam os frutos dela, porque os merecimentos são tais diante de Deus, e de tanta estima, que não somente dá por eles neste mundo alegre e pacífica vida enquanto dura, mas ainda no outro à alma não nega glória eterna e bem aventurança para sempre... Observem agora este passo do discurso do Rei... certamente o Rei nos Reinos que pela graça de Deus lhe são encomendados não pode fazer melhores obras, nem officios de maior valor, do que procurar que vivam neles os homens em fé, e justiça, e façam obras santas, justas e honestas, e porque isto não pode conseguir-se bem, sem haver no Reino Varões em toda a doutrina e ciências divinas e humanas bem ensinados (...) propus em minha vontade per bem comum do nosso Reino, e grande proveito de meus vassalos e naturais, fazer nele um Estudo Geral...

Foi assim, meus senhores, fundamentando-a no ensino da uma **justiça** baseada no bom ensino das ciências divinas e humanas, que o nosso monarca de génio, poeta e filósofo, discípulo de Dante Alighieri, deu fundamento espiritual à primeira Universidade Portuguesa.

Queria para terminar este já longo depoimento afirmar-vos agora a minha convicção de que, se a nossa **paideia** se encontra hoje dilacerada e diminuída, e os nossos **media** estão muito longe de colaborar, factores profundos, de **intra-história**, como lhes chamava Fidelino de Figueiredo, saudoso e grande amigo, vão regenerando por dentro, diria que sem darmos por isso, os tecidos doentes.

— Terra de missão e promessa, Portugal é pátria sagrada, que desde a sua fundação representa valores os mais altos e realizou obra porventura sem igual na ecúmena civilizada. Há uma razão e há um mistério connosco, parafraseando o título do meu mais recente livro, que foram sempre as raízes do nosso ser e destino, da nossa independência de quase nove séculos, contra tudo e contra todos, da obra sem par dos que um dia transformaram a pequena ecúmena da Europa, na grande ecúmena do globo mundo, do mundo todo. Somos, como no título do poema de José Régio, **Portugal de todo o mundo** e por isso, agora na expressão de

Reinhold Schneider, **a mais europeia das nações**, aquela na qual se revelou a vocação principal da Europa, levar a civilização a todos os mares e continentes, dar um passo mais, nesta civilização greco-romana-judeo-cristã, onde parecemos hoje um ponto de insignificância e de banalidade imitativa, mas onde subjazem crenças, mitos, ideias, uma presença do sagrado, que de novo um dia darão a volta ao mundo.

E temos a nossa grande filosofia do século XX, de que foi primeiro mestre Leonardo Coimbra, sobre cuja obra há poucos meses tive o gosto de participar num Colóquio aqui mesmo, e sobre cujo pensamento criacionista, bem como o pensamento dos seus discípulos, dei um Curso para mestrandos e doutorandos, há meia dúzia de meses, na Universidade Gama Filho, do Rio de Janeiro.

O principal, já o temos: as crenças, a fé, os mitos fundadores, vivazes ainda, o pensamento, a filosofia, tudo infelizmente como que encoberto ainda aos olhos da maioria, mas nem por isso menos autêntico, menos genuíno, menos pletórico de verdade e de ciência.

A ideia não tem pressa, dizia Hegel. Não tenhamos pressa nós também. Trabalhem, anunciemos, pensemos e sobretudo **resistamos**, para que as novas gerações, levando mais longe do que nós o facho, atravessem a porta estreita.

Aqui, em Portugal, dizia um notável pensador francês, Raymond Abélío, recentemente desaparecido, se travará a luta final, entre o V Império, Império do Espírito Santo, e o Império das Trevas, que obscurece dentro de nós o próprio sol físico.

Não o dizemos nós, dizem-no grandes pensadores que sobre o nosso pensamento e o nosso imaginário, ocultados como D. Sebastião numa ilha que afinal é a nossa mesma pátria, se têm debruçado.

Ainda ontem, e vou terminar, ainda ontem recebi uma carta de Gilbert Durand, o primeiro dos discípulos de Gaston Bachelard e hoje um dos maiores pensadores franceses. Nela me dizia estas palavras que soarão sem dúvida estranhas aos vossos ouvidos, mas que encerrarão esta palestra melhor do que eu o faria, deixando-vos hoje, com certeza, mais esperança no futuro do que tiveram ontem:...

(...) **le Portugal est le lieu ou pout se ressourcer la pensée européenne...**

ou ainda

Le Portugal a des ressources pour organiser une défense et une illustration de l'âme de Europe...

Traduzindo:

“Portugal é o lugar onde o pensamento europeu pode reencontrar as suas fontes...”

“Portugal tem recursos para organizar uma “defesa e uma ilustração da alma da Europa”.

Sim, como Gilbert Durand, também eu o creio. Mas se soubermos redescobrir, e os “media” connosco, a nossa axionomia e a nossa teleconomia fundamentais. Valores e fins, como a justiça e o amor, a paz e a verdade, e Deus, como disse Fernando Pessoa, o autor de **“Mensagem**, na sua bem conhecida carta a Armando Côrtes-Rodrigues, **Deus, fim da estrada infinito, à espera no silêncio da sua Sua grandeza...**

Então já não haverá porta estreita, já não haverá mesmo porta nenhuma, a cidade de Deus será porque, como profetizou S. João Evangelista na ilha de Patmo, talvez mereçamos que o anjo do Apocalipse traga até nós **um evangelho eterno para anunciar aos habitantes da Terra, a toda a nação, tribo, língua o povo...** Será a terceira missão dos habitantes desta finisterra atlântica ou atlântida.

Tais palavras arcaicas neste universo contemporâneo dos “media”, do video, da informática? **O que é, é. O que é, foi e será.** Ao afirmarmos aqui os valores e os fins, estamos já a realizá-los porque o pensamento humano cria, é criacionista, e no fim dos tempos é a Luz que vai prevalecer e abraçar em Espírito todo o negrume dos homens e do mundo.

NOTA:

(1) Ed. Alianza Editorial, Madrid, 1985.